

COMISSÃO PERMANENTE NACIONAL DE SEGURANÇA EM ELETRICIDADE

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Local: FUNDACENTRO

Data: 11 e 12 de agosto de 2008

Hora: 9h00 às 17h00

Participantes: Joaquim Pereira Gomes (DRT/SP); Jesus Francisco Garcia (CUT); José Renato de Carvalho Barbosa (SINDIELETRO/CUT); Washington dos Santos – Maradona (UGT); Aguinaldo Bizzo (Força Sindical); Jeová P. de Oliveira (FNM/CUT); Sérgio Souto Maia M. de Mello (COELBA); Mário Sérgio Ainsworth F. Lopes (IBS); Antônio Carlos Castellar (CHESF); João José Magalhães Soares (ABRADEE); Takao Paulo Hara (ABRAGE); Luiz Takira Tamagusuku (COELBA); Luiz Carlos de Miranda Júnior (CPFL); Jairo Nogueira Filho (CUT); José M. Teixeira (UGT); Sizenando Figueira de Andrade (CHESF); Rodrigo de Oliveira Gama (Arcelormittal Tubarão); Carmelina M. Gomes de Almeida (MTE/SIT); Luiz Carlos Lumbreras Rocha (SRTE/RJ); Edna Lucia Alves Ferreira Rocha (SRTE/PA); Jorge Santos Reis (FUNDACENTRO/SP); Paulo César Andrade Almeida (MPS); Joel Pereira Félix (UGT); Clóvis Veloso de Queiroz Neto (CNI); Jeová Pereira de Oliveira; Jonatas Pereira Felix (UGT); Nicola Franceli.

Iniciada a reunião, o Coordenador da Comissão, Eng.º Joaquim Gomes Pereira, cumprimentou e agradeceu a todos os presentes, fez distribuir a minuta de ata da 9ª Reunião Ordinária. Feita a leitura da ata, foram solicitadas e acatadas algumas alterações e ficou aprovado que, nas próximas atas, seja feita a divulgação prévia de uma minuta da ata proposta aos membros titulares, dando ênfase ao fato de que as atas devem ser elaboradas de maneira mais sucinta possível e dando maior atenção às decisões.

Também, na seqüência da leitura da ata, deliberou-se que as bancadas façam um esforço para que, além do MTE, também faça parte da CPNSEE um representante da ANEEL, cabendo ao MTE expedir ofício de convite. O assunto terceirização foi trazido à tona devido à necessidade de debates para que venha a se propor uma regulamentação específica sobre o tema.

Dando início às discussões passou-se aos itens da pauta:

1. Ação Fiscalizatória.

Joaquim Gomes solicita que seja especificado no âmbito da CPNSEE as bases técnicas e a abrangência dessa proposta de fiscalização. Sr. José Renato solicita explicação da metodologia da fiscalização, criticando a não apresentação previa da pauta. Sr. Miranda sugere então a inversão da pauta para que se passe inicialmente à definição das prioridades para que se possa depois discutir a base da ação fiscalizatória. Passou-se à discussão dos itens 3 e 4 da pauta.

2. Manual Aplicativo da NR-10

Foi sugerido que a CPNSEE utilize e complemente o livro de autoria de Joaquim Gomes Pereira e João José Barrico de Souza como base para o Manual a ser desenvolvido pela Comissão. Sr. Miranda salienta que está disponível no site da Fundação COGE o treinamento da NR-10, desenvolvido de forma tripartite.

Joaquim Gomes propõe então a criação de uma Subcomissão para tratar da elaboração do referido manual, se comprometendo a elaborar uma minuta de regimento funcional para subsidiar o funcionamento das Subcomissões, que deverá ter um papel de assessoria e não um papel deliberativo.

Sr. Sérgio Mello acrescenta ainda que a elaboração do manual deva ser posterior à finalização de outras subcomissões para que o manual já traga as explicações que sejam o consenso da CPNSEE. Joaquim Gomes esclarece que o manual deverá ser feito com base na norma que vigorar à época de sua elaboração. As decisões ou alterações que se sucederem deverão ser anexadas ao manual a cada deliberação que vier a ser tomada, após terem sido objeto de Notas Técnicas, Instruções Normativas etc. José Renato acrescenta que a NR-10 já tem quatro anos e que entretanto a CPNSEE ainda não conseguiu criar um manual, como se a NR-10 nem estivesse vigorando. Sugere ainda a criação de um novo roteiro de fiscalização, pois o que existe no site do MTE é pouco detalhado.

3. Seminário Nacional

Joaquim Gomes esclarece inicialmente que o MTE não dispõe de recursos para a elaboração do Seminário, sendo necessária a captação de recursos e planejamento.

Alguns pontos foram discutidos:

- a) A realização do Seminário Nacional deveria aproveitar a realização do 6º SENSE em Salvador, visto que as empresas não deverão dispor de recursos para dois seminários de tamanho porte
- b) O Seminário Nacional deve ser feito de modo a possibilitar o acesso dos trabalhadores.
- c) Deve-se garantir que o tratamento do Seminário não se refira apenas ao Setor Elétrico - SE, uma vez que é necessário incluir outros segmentos, como indústrias, telefônicas etc. Foi esclarecido que o SE compreende de 5 a 10% da população que trabalha com Energia Elétrica.
- d) O Seminário deve propiciar a divulgação e conhecimento da NR-10 para todos outros segmentos. Necessidade de se colocar para a sociedade que a NR 10 diz respeito a todos os segmentos e não apenas ao SE.
- e) MTE deve cooperar na elaboração do Seminário e a CPNSEE não deve convidar, e sim, convocar os outros segmentos, sendo que o governo – MTE deve estabelecer os esforços para a realização do seminário
- f) Realizar o seminário um dia após o SENSE, devendo ser elaborado com iniciativa do MTE e apoio das indústrias

Colocadas essas questões, foi decidido que o seminário deve ter identidade própria, devendo ser realizado separadamente do SENSE para que não se vincule a NR-10 apenas ao SE

Joaquim Gomes coloca ainda que deva ser missão da CPNSEE aproveitar o

espaço do SENSE, com participação maciça para difundir o conhecimento sobre a NR-10, mas que deve, também, haver a realização do Seminário Nacional, independente e soberano às demais iniciativas, de forma a apresentar um balanço das alterações na organização do trabalho promovidas pela Norma 10, das atividades da CPNSEE, espaço para os modelos de sucesso implementados em função da existência da Norma 10, experiências internacionais, um melhor entendimento aos pontos de impacto, além de promover um debate social sobre as perspectivas futuras.

Discutidas essas possibilidades, ficou deliberado que dever-se-á criar uma Subcomissão tripartite específica para planejar, organizar, e propor o Seminário Nacional, com o apoio e recursos captados em instituições interessadas, devendo ser organizado pela CPNSEE e coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

4. Apresentação dos dados estatísticos.

a) Paulo César passou à apresentação dos resultados estatísticos relativos aos acidentes de trabalho (mortes e doenças que geram afastamentos maiores que quinze dias). A apresentação mostrou os números relativos à geração, distribuição, transmissão e comércio atacadista da Energia Elétrica, totalizando 100.348 acidentes, não incluindo os terceirizados, sendo que o perfil de acidentabilidade dos terceirizados é bastante similar ao que ocorre com os empregados próprios

b) Miranda apresentou os dados da Fundação COGE, representando o número de empregados de 1982 à 2007. A FUNCOGE se responsabiliza pelos dados a partir de 1988. Em 1999/2000 o número apresentou um decréscimo, fato determinado pelo crescimento da terceirização. Comentou que o projeto “luz para todos” resultou em um incremento na terceirização e ainda que o fato de não ter havido morte por queda em 2007 se atribui provavelmente à exigência do cinto de segurança tipo pára-quedista com linha de vida. O número das taxas de frequência mostram que o número de fatalidades, apesar de ainda alto, é praticamente a mesma presente na década de 80.

Jeová comenta que o número de trabalhadores diminuiu em relação à quantidade de kW distribuídos e consumidos, resultando em maior pressão de trabalho e que a ANEEL como reguladora está asfixiando as concessionárias. Reafirma ainda que a ANEEL deva ser convocada a participar da CPNSEE com formação de Políticas Públicas para que se trate do assunto.

c) Joaquim Gomes apresentou o resultado da fiscalização sobre a NR-10 de 2006 à 2007. Explicou que, considerando o número total de fiscalizações em Segurança e Saúde do MTE em 2007, **(1.085.169 ações)** as que resultaram em ações envolvendo a NR10, **(11.953 ações)** configuram aproximadamente 1% do total. Explica ainda que esses números não retratam a qualidade, e sim, o número absoluto e que, embora tenha havido um avanço significativo, considera que as ações fiscais são ainda insuficientes, apresentando em seguida os itens da Norma 10 mais - representativos nas ações.

d) Carmelina apresentou as demandas recentes da sociedade (e-mail / ouvidoria) informando que, de 2007/2008, os principais questionamentos se referem ao item treinamento. Serão apresentadas na próxima reunião as demandas anteriores a essa data.

José Renato solicita que a CPNSEE se posicione quanto aos cursos à distância.

Joaquim Gomes esclarece que compete ao MTE verificar se o treinamento está sendo ministrado ou não, mas não tem poder de interferir na qualidade do treinamento. Jorge Reis acrescenta ainda que a empresa assume a responsabilidade sobre o treinamento, e assim, as empresas e seus representantes legais devem ser orientados a avaliar o curso que foi feito e que treinou os empregados da sua empresa.

Jonatas Félix acrescenta ainda que a fiscalização deva procurar saber, através dos trabalhadores, como se processou e o resultado do curso que se ministrou, Joaquim relata que os AFTs estão sendo instruídos a auditar tais cursos incluindo-se entrevistas com os trabalhadores treinados sobre o curso, buscando elementos de convicção e de validação. A seguir aprovou-se a ata da 9ª Reunião Ordinária e passou-se à sua e assinatura, de acordo com as alterações e ajustes solicitados deliberados no dia anterior.

5. Discussão do Regimento das Subcomissões.

Joaquim Gomes, conforme compromisso de desenvolvimento de regimento funcional das Subcomissões, passou à leitura do draft proposto para subsidiar as discussões conforme acordado no dia anterior. Sérgio Melo, coordenador da bancada dos empregadores solicitou 15 minutos para discussão, o que foi aceito. Após intervalo, propôs que sejam indicados profissionais para as subcomissões, sugerindo que o coordenador da Subcomissão seja do governo. Várias colocações foram feitas nos termos de criação das subcomissões, para que essas possam ser criadas por demandas da CPNSEE. Sérgio Mello solicita 15 dias para apresentar as sugestões sobre o regulamento e apresentação dos termos.

A discussão tomou novo rumo quando Jesus entregou documento da CEMIG que indicava desvio de procedimentos, para que possa ser apurado. Joaquim diz que o trabalho desacompanhado é de interesse da Comissão. Jesus Garcia, coordenador da bancada dos trabalhadores, diz que aprova o regulamento, pois entende que a criação das Subcomissões é necessária para a discussão dos itens de interesse da CPNSEE.

Paulo César lembra que os quinze dias requeridos pela bancada dos empregadores são na verdade três meses, uma vez que apenas na próxima reunião o regulamento poderia ser aprovado, atrasando assim a criação das subcomissões.

A bancada dos empregadores solicitou novo tempo para discussão, o que foi concedido. Após o qual as alterações foram propostas quanto à indicação de membros para composição da Subcomissão, entendendo que estes não devem ser obrigatoriamente membros da CPNSEE, o que foi aprovado. Foi proposto também que possam existir no máximo três subcomissões em andamento simultaneamente, o que também foi aprovado pela Comissão.

Maradona entrega documento relativo à reunião da bancada dos trabalhadores com o Ministro Carlos Lupi.

Jorge Reis comenta que a Subcomissão, por não ser deliberativa, não precisa que obrigatoriamente ser paritária. As bancadas entendem a necessidade da paridade devido ao enriquecimento de informações que os lados trazem para a discussão e futuro consenso ao ser levado o resultado para a CPNSEE.

A bancada dos trabalhadores concorda com a inclusão do assunto trabalho isolado para ser tratado em subcomissão específica, desde que a CPNSEE deixe claro que

todos os itens da NR-10 estão em vigor independentemente de discussão em subcomissão. José Renato acrescenta ainda que a bancada dos trabalhadores já flexibilizou o suficiente a questão do trabalho isolado e que o assunto deve ser tratado na subcomissão até que o assunto esteja esgotado.

Joaquim reafirma que o item 10.7.3 da NR10, que trata da proibição do trabalho individual em intervenções em AT e no SEP, foi aprovado e está em pleno e total vigor.

A CPNSEE aprova o regimento funcional das Subcomissões, aprovando a criação de três: Subcomissão de organização do evento a ser realizado em 2009, subcomissão de organização e publicação do manual da NR-10 e subcomissão para estudo o trabalho isolado.

Foi levantada a necessidade de discussão do trabalho isolado porque poderá vir a haver contratações e demissões no setor por falta de decisão, repassando custos em tarifa aos consumidores.

Clóvis Queiroz não concorda com o fato de se cogitar na suspensão de um item apenas pelo fato deste estar em discussão na CPNSEE. Jesus Garcia acrescenta ainda que a CUT não tem interesse na discussão do item 10.7.3, pois o que precisa acontecer agora é o consenso entre as duas partes.

Não houve consenso sobre a criação da subcomissão para tratar o item referente ao trabalho isolado.

Nada mais a ser discutido, a reunião foi encerrada.